
Representatividade e reconhecimento étnico no jornalismo: jornalistas negras como inspiração para meninas negras¹

Louis Marie Ndomo Edoa²

Universidade Metodista de São Paulo

Resumo:

O presente artigo discute, a partir dos conceitos de reconhecimento, representatividade, racismo e alteridade, o lugar da mulher negra no jornalismo, tendo como base as ações de três jornalistas mulheres negras: Maria Júlia Coutinho, Aline Midlej e Joyce Ribeiro. Buscamos entender como seu ativismo na rede social Instagram pode delinear as dinâmicas de conflitos que surgem nas diferentes esferas social e sobretudo no jornalismo e entender como elas se tornaram símbolo de representatividade e de luta por mulheres negras. O referencial teórico contempla os estudos de Honneth e Maia sobre luta por reconhecimento e Lévinas sobre alteridade. A associação dos dois pensamentos permitiu trabalhar a questão da representatividade, da alteridade e do racismo que é a falta de alteridade e empatia diante do outro.

Palavras-chave: Alteridade e Jornalismo. Representatividade. Mídia e luta por reconhecimento. Racismo.

Introdução

Nos últimos anos, os conceitos de representatividade e reconhecimento têm sido estudados pelas diversas áreas do conhecimento. Vários trabalhos, artigos e ações desenvolvidas com o intuito de investigar e apontar caminhos para a garantia dos direitos das minorias, na acepção de Sodré (2005). Uma dessas ações é ‘O futuro’, da jornalista Maria Júlia Coutinho, apresentadora na Rede Globo, lançado recentemente com o propósito de valorizar, promover e fortalecer a representatividade da mulher negra. A iniciativa da âncora do Jornal Hoje, no seu perfil de Instagram, consiste no compartilhamento de fotos e vídeos vindo de meninas negras que a veem como inspiração e marca da presença da mulher negra jornalista na mídia³.

Aline Midlej⁴, da Globonews, e Joyce Ribeiro⁵, da TV Cultura, também estão à frente de ações com o mesmo propósito: marcar presença na luta por reconhecimento da

¹ Trabalho, apresentado no GP Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil (CNPq)

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (PPGCOM-Umesp), bolsista CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions da Umesp, sob a orientação da profa. Dra. Cilene Victor. E-mail: louisnelma40@gmail.com.

³ Maju Coutinho lança o projeto ‘O futuro’ na sua rede social Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/COTKYxNJlt8/?utm_source=ig_web_copy_link

⁴ Aline Midlej. https://www.instagram.com/p/CN59kRmpE6O/?utm_source=ig_web_copy_link; https://www.instagram.com/tv/CN92EDPpANg/?utm_source=ig_web_copy_link

⁵ Joyce Ribeiro: https://www.instagram.com/p/COGINBmA9B1/?utm_source=ig_web_copy_link “Quem gostou das tranças novassss??O sorriso diz tudo. Domingando, de pijama... e belíssimas de trancinha estilosa.”

mulher negra e na busca do seu lugar no jornalismo. As três jornalistas são negras e vistas, por outras mulheres e meninas negras, como símbolo de luta por reconhecimento, no entendimento do conceito em Honneth (2003).

O objetivo deste artigo é investigar como a atuação de jornalistas negras nas redes sociais, especificamente o Instagram de Maju Coutinho, Aline Midlej e Joyce Ribeiro, no âmbito do seu envolvimento com a causa, simboliza os esforços para garantir a representatividade e o reconhecimento da jornalista negra na imprensa brasileira. O referencial teórico compreende as teorias de luta por reconhecimento (HONNETH; HEGEL; MAIA), alteridade e reconhecimento (LÉVINAS; MARCOS), jornalismo e as questões identitárias, (SODRÉ; CONCEIÇÃO; SANTOS; TEMER).

A pesquisa é guiada pela pergunta: Como a atuação e o ativismo das jornalistas Maria Júlia Coutinho, Aline Midlej e Joyce Ribeiro podem culminar na luta por reconhecimento das meninas negras? Para isso, recorreremos a dois procedimentos metodológicos, a revisão bibliográfica e a análise qualitativa das ações das três jornalistas. A revisão da literatura contempla os campos da filosofia social e política, com ênfase nos conceitos de reconhecimento, representação e alteridade, e do jornalismo, com foco nas conexões com as questões identitárias. A análise qualitativa observa o Instagram das três jornalistas e suas ações sob a luz da luta por reconhecimento e representatividade.

Bases teóricas do reconhecimento e da representatividade

Nos últimos anos, o conceito de reconhecimento alcançou lugar de destaque na área acadêmica, tornando-se objeto de pesquisa, debate e discussão. Reconhecer alguém é encontrar nela características e capacidades e por consequente assumir a responsabilidade de tratá-lo de uma determinada maneira. Na outra ponta, não reconhecer alguém é impossibilitar que desfrute de iguais direitos, marginalizá-lo ou privá-lo daquilo que reivindica e lhe pertence por natureza. Um exemplo que vem crescendo nas últimas décadas é a questão do racismo no Brasil, onde minorias negras⁶ têm reivindicado sua personalidade e seus direitos reconhecidos. Esses movimentos negros se colocam ainda como base da luta de jornalistas negras por maior representatividade na imprensa⁷ brasileira (SANTOS, 2018).

⁶ Entender 'minorias negras' no sentido de representatividade nos espaços socio-públicos pois, em número absoluto, no Brasil, a população negra é majoritária. Segundo dados do IBGE de 2020, ela representa 54%.

⁷ Segundo dados do levantamento do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual de Rio de Janeiro (Iesp-Uerj), o jornalismo tradicional brasileiro carece de diversidade. <http://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/negros-nos-jornais-brasileiros/>

Um dos principais teóricos sobre o reconhecimento é Axel Honneth. Ele desenvolve a sua teoria partindo de um caminho traçado e elaborado pelos teóricos críticos da Escola de Frankfurt, mas com a qual ele mantém um certo distanciamento, como afirma Maia (2018, p.41): “Ao desenvolver a sua teoria do reconhecimento, Honneth assume um percurso que, em certa medida, se aproxima e se distancia do programa empreendido pela primeira geração da Escola de Frankfurt”. Olhando para as contribuições de Adorno e Horkheimer, assim como para Habermas, Honneth traz uma proposta que desafia as ideias materialistas de Frankfurt na elaboração da teoria crítica.

O autor “assume a perspectiva marxista da luta de classes e a experiência de subordinação à dominação para criticar Habermas” (MAIA, 2018, p.41). Honneth questiona as bases ideológicas da indústria cultural e a ideia de sociedade apresentada. Esta faz dos indivíduos sujeitos não pensantes e desprovidos de vontade. Pensa que “a reprodução e a integração da sociedade estão intrinsecamente ligadas a um ‘conflito cultural em curso’, que é interpretado em termos de uma permanente luta por reconhecimento” (MAIA, 2018, p.41). Conflito que Honneth chamou ‘luta de classes’.

Honneth constrói as bases da sua teoria do reconhecimento partindo das ideias da filosofia de Hegel. Fundamentado nas premissas da intersubjetividade, ele “propõe que o processo de formação da subjetividade e da socialização é profundamente intersubjetivo e marcado por vulnerabilidade” (MAIA, 2018, p.43). Segundo o nosso autor, a constituição do sujeito social está ligada as três esferas de relações intersubjetivas (amor, direito e estima social) que correspondem à classificação construída por Hegel (família, Estado e sociedade civil).

Segundo Hegel, na concepção de Honneth, o resultado de uma luta por reconhecimento entre sujeito é uma pressão dentro da própria sociedade para o estabelecimento das instituições que garantem a liberdade dos indivíduos (HONNETH, 2003, p.29). Essa pressão é a “pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade, inerente à vida social desde o começo na qualidade de uma tensão moral que volta a impelir para além da respectiva medida institucionalizada de progresso social” (HONNETH, 2003, p.29). A partir dessa concepção de Hegel, Honneth identifica a divisão das esferas de reconhecimento do sujeito que, segundo ele, é um processo de formação individual que alcança seu final na esfera universal que não é superior aos sujeitos. “A esfera do ‘ser-reconhecido’ se forma pela via de uma acumulação dos resultados de todos os processos de formação individual tomados conjuntamente e por

sua vez é mantida em vida somente pela nova constituição dos indivíduos em pessoas de direito” (HONNETH, 2003, p.95).

Assim. “se a ideia de uma ‘luta por reconhecimento’ tem de ser entendida como um quadro interpretativo crítico de processos de evolução, então é preciso, para concluir, uma justificativa teórica do ponto de vista normativo pelo qual ela deve deixar-se guiar” (HONNETH, 2003, p.269). O autor entende aqui que falar e sustentar a ideia de luta por reconhecimento necessita fazer o trajeto histórico das lutas sociais, desde as lutas de classes, realizar suas classificações e assim poder chegar à avaliação dos fatos particulares inerentes a cada luta.

O projeto de entendimento da luta por reconhecimento proposto por Honneth traz as bases teóricas necessárias e a consistência interna em relação ao índice de casos empíricos relacionados à teoria crítica. Ele apresenta três formas de reconhecimento que têm, cada uma no seu âmbito de influência, um entendimento essencial para essa luta. A luta por reconhecimento é então uma construção a partir do amor que para Honneth é sempre interessado. “O reconhecimento de que o que os indivíduos trazem reciprocamente para este tipo de relação é o cuidado pelo bem-estar do outro à luz de suas necessidades individuais” (HONNETH, 2003, p.139). Essa relação de reconhecimento baseada no amor é a primeira esfera de reconhecimento ou esfera primária (HONNETH, 2003), e se revela num domínio de experiências incompletas. Isso pelo fato que a relação amorosa é estabelecida entre membros da mesma família e aqui não há, em princípio, conflito. Supõe-se um conhecimento mútuo, anterior a qualquer conflito entre os membros, que inibe o estado de natureza e a vida social.

Honneth vê nas três esferas a possibilidade de promover desenvolvimentos e progressos na realidade da vida social do ser humano pela luta por reconhecimento. No entanto, um ponto cria uma certa preocupação. Se “os sujeitos precisam encontrar reconhecimento numa sociedade moderna como seres tanto autônomos quanto individualizados” (HONNETH 2003, p.269), isso leva a entender que o reconhecimento traz um certo individualismo, pois os sujeitos sempre entram em conflitos intersubjetivos, cujo resultado é o reconhecimento de sua pretensão de autonomia.

Lévinas, frente ao reconhecimento, intui que ele não pode ser construído na reciprocidade entre os sujeitos. Isso pelo fato de que o conflito (a guerra) exprime uma alteridade infeliz, que desviou seu objetivo e não manifesta a verdadeira alteridade, mas, antes, destrói a identidade. A alteridade pressupõe preocupação pelo outro em primeiro

lugar e é base para o reconhecimento. Identificação é alienação, deturpação da relação. E qualquer que seja a relação com o outro, ela inaugura sempre um caminho sem retorno. À medida que o ser humano se abre para o outro e busca assumir uma atitude de acolhida, a existência se transforma cada vez mais em vida. Lévinas (2020, p.38) afirma então que:

Abordar Outrem no discurso é acolher a sua expressão onde ele ultrapassa em cada instante a ideia de que dele tiraria um pensamento. É, pois, receber de Outrem para além da capacidade do Eu: o que significa exatamente: ter ideia do infinito. Mas isso também significa ser ensinado. A relação com Outrem ou o Discurso é uma relação não alérgica, uma relação ética, mas um discurso acolhido é um ensinamento.

A alteridade é um desafio ao assumir uma atitude de abertura diante do outro. Trata-se de pôr-se em movimento: de escuta e acolhida para estabelecer verdadeiras relações humanas no tempo. Nesse estar em movimento de abertura e acolhida, de reconhecer o outro como é, não se pode esquecer que a alteridade humana é “pensada, não a partir da alteridade puramente formal ou lógica, em que a sincronia dos termos permitiria que cada um fosse *o outro* do *outro*, mas a partir de uma não-coincidência e de uma inadequação “dada” na dia-cronia do tempo” (MARCOS, 2011, p.82). Trata-se de iniciar uma relação, fora da totalidade, pois ela se esgota pela presença do outro.

As relações de alteridade, quando bem realizadas, “fazem do ‘outro-semelhante’ o mediador da identidade, da representação e do [re]⁸-conhecimento, no que ele completa, reflete e dá sentido ao que o sujeito ressentido” (JODELET, 1998, p.54). O reconhecimento construído, tirando o ‘eu’ da posição dominante, leva à procura de uma individuação que acentua os processos de diferenciação social, sem induzir a alteridade (JODELET, 1998).

O reconhecimento é antes de tudo hospitalidade e acolhimento. Em busca de reconhecimento, “o sujeito remete ao ‘outro-semelhante, que lhe é exterior, uma parte do que reside nele próprio, através de uma ‘operação metafórica’ de ‘transferência’, que consiste ‘em atribuir ao outro algo que dê sentido ao que é ressentido e percebido’” (JODELET, 1998, p.54). Esse ato de transferência é como uma arma perigosa que pode ser utilizada para oprimir o outro ou uma projeção de si no outro tirando a individuação.

O reconhecimento aparece quando a relação reflexiva é interiorizada e permite chegar à representação. Essa relação, no entanto, não conduz ainda à alteridade, como entende Lévinas. Isso pelo fato de que essa interiorização acontece no psiquismo onde reside a subjetividade do sujeito. Sendo assim, ainda pode conhecer alterações ou ser

⁸ Acrescentado por nós para expressar a dupla ação de conhecer e reconhecer o outro pela alteridade.

corrompida. “Essa perspectiva, contudo, faz surgir a necessidade de referir a relação com o próximo ou com o outro a uma totalidade mais ampla, contexto plural e lugar potencial de conflitos e disputas, do qual pode decorrer a definição de uma alteridade” (JODELET, 1998, p.55). Essa relação tem seu lugar no espaço social onde, segundo Honneth, deve acontecer o reconhecimento pela estima do sujeito. Porém, faz-se necessário uma relação que não tenha o conflito como base para o reconhecimento do outro (LÉVINAS, 2020).

Por isso, essa realidade não se inscreve ainda como sendo alteridade, ela permanece no campo da totalidade mesmo que o outro reflète ainda a condição do infinito, como afirma Lévinas: “Uma tal situação é o brilho da exterioridade ou da transcendência no rosto do Outrem. O conceito dessa transcendência, rigorosamente desenvolvida, exprime-se pelo termo de infinito. Tal revelação do infinito não leva à aceitação de nenhum conteúdo dogmático” (LÉVINAS, 2020, p.11). O fato é que, para que o outro seja outro, ou seja, reconhecido como outro, a relação com ele precisa estar no face-a-face, uma proximidade que é sempre distância, eliminando toda possibilidade de generalização ou totalização. Só assim ele pode ser (re)conhecido e representado.

Representatividade negra no jornalismo brasileiro

Para discutir na questão da representatividade negra no jornalismo, olhamos os estudos realizados sobre esse assunto, como os trabalhos de Fernando Conceição, estudioso e pesquisador na comunicação social e atuante nas discussões em torno das questões raciais. Em 2004, pontuou, no seminário internacional Mídia e Etnia, que:

As conquistas dos afro-brasileiros nos campos social, político e étnico, só acontecem através da militância e da pressão social. [...] a pressão se faz necessária porque a elite deseja desqualificar as discussões em torno da questão racial, alegando que no Brasil não há discriminação. Lembra também que as ações afirmativas só deram certo nos Estados Unidos devido ao sentimento de culpa das elites frente aos negros. Já no nosso país esse sentimento não existe, pois aqui ainda impera a ideia de que somos um país cordial (CONCEIÇÃO⁹, 2018, online).

No Brasil, olhando para a afirmação de Conceição no Literafro, o racismo é tão estrutural e enraizado na sociedade que convive com práticas e discursos diário de nossa população. Isso caminha ao encontro do pensamento de Jodelet que apresenta o racismo como “um ‘fenômeno total’, evocando o ‘fato social total’ de Mauss – na medida em que ele se inscreve ao mesmo tempo nas práticas e discursos, supõe representações, uma

⁹ Literafro, o portal da literatura afro-brasileira. Fernando Conceição. Jan. 2018. Link: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/259-fernando-conceicao>. Acesso: maio de 2021.

teorização e uma organização dos afetos” (JODELET, 1998, p.58). Avaliando sobre o prisma da alteridade, o racismo coloca em xeque as relações com o outro, a pertença social e abre caminho para uma alteridade radical que só considera o semelhante (JODELET, 1998). Tal aplicação da alteridade não passa de uma totalidade pelo fato DE que considera como outro o semelhante ou busca transformar o outro à identidade do eu.

Suas construções giram em torno das marcas da diferença e, por vezes, parece reforçar a ideia da purificação do corpo social (JODELET, 1998). Por isso, “no quadro das práticas figuram as diferentes formas de violências, desprezo, intolerância, humilhação, exclusão; os discursos veiculam representações e teorias’ (JODELET, 1998, p.58) e buscam a proteção da identidade diante do risco da mestiçagem. Essas atitudes, apresentadas por Jodelet, fazem parte do cotidiano das pessoas negras e estão presentes no meio jornalístico. Como alguns exemplos, podemos citar o episódio em que a jornalista Maju Coutinho foi vítima de injúrias racistas¹⁰.

“Essas construções, [...], traduzem-se em formas de relação social marcadas seja pela exclusão – que pode ir até o extermínio numa perspectiva de proteção contra a conspurcação; de purificação – se já pela opressão, a exploração, numa perspectiva de inserção hierarquizada e compartimentação” (JODELET, 1998, p.59), ou então pode se caminhar numa estrada contrária e buscar meios para lutar contra o racismo fomentando ações como no caso da Folha de S.Paulo que desejou trazer nas suas redações a diversidade e organizou um programa de treinamento em jornalismo diário destinado a profissionais negros¹¹. De qualquer forma, a necessidade de ações como essa da Folha é uma prova de que a diversidade ainda não é natural no jornalismo brasileiro, onde os negros permanecem poucos representados. Por isso, faz-se importante, caminhando com Jodelet, reforçar o papel das representações nessa luta:

O papel das representações provém também do aparecimento de uma nova forma de ‘racismo sem raça’, ligado aos deslocamentos de populações e ao fenômeno migratório. Esse ‘racismo diferencialista’ (Taguieff, 1986) se organiza em torno do tema da irredutibilidade das diferenças culturais; em substituição à hereditariedade biológica, a cultura se encontra, assim, naturalizada, na medida em que fecha os

¹⁰ Maju Coutinho quer processar racista por dizer que ela só está na tv pela cor. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/03/09/tj-de-sp-condena-dois-homens-por-racismo-e-injuria-racial-contr-a-jornalista-maju-coutinho.ghtml>. <https://www.hypeness.com.br/2020/04/maju-coutinho-quer-processar-racista-por-dizer-que-ela-so-esta-na-tv-pela-cor-diz-coluna/>.

¹¹ Folha lança programa de treinamento destinado a profissionais negros. Link de acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/folha-lanca-programa-de-treinamento-destinado-a-profissionais-negros.shtml>. <https://login.folha.com.br/login?done=http%3A%2F%2Ftreinamento.folha.com.br%2Fprogramadetrainee%2Findex&service=programadetrainee%2Ffrontend>.

indivíduos e os grupos numa determinação genealógica. (JODELET, 1998, p.59)

É exatamente o tipo de racismo do qual são vítimas os nordestinos residentes em São Paulo ou em qualquer outra cidade da região Sul ou Sudeste do Brasil. Ou ainda, o enfrentamento que sofrem alguns grupos de estrangeiros, como os africanos ou dos países vizinhos ao Brasil, como Bolívia e Venezuela. A alteridade que surge nesse caso é uma exclusão, pelo fato de que esse tipo é uma alteridade radical instituída pelo racismo e onde representações e reconhecimento são associados ao mesmo (o eu).

O jornalismo tradicional brasileiro carece de diversidade¹², e isso não se limita somente aos grandes conglomerados midiáticos. A pessoa negra, e sobretudo a mulher, no Brasil enfrenta desde sempre

“um ‘racismo auto-referencial’, cujos termos estabelecem a superioridade hierárquica do racista- que é frequentemente detentor de poder [...] e um ‘racismo hétero-referencial’ ou ‘hétero-fóbico’, que imputa às características da vítima a alocação num lugar inferior e maléfico” (JODELET, 1998, p.59).

Uma análise das grandes produtoras de conteúdos e seus respectivos produtores/redatores apresenta um problema que vem sendo questionado pelos meios acadêmicos: a sub-representação dos negros no jornalismo. Um projeto do Laboratório de Mídia e Esfera Pública, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual de Rio de Janeiro (IESP-UERJ), de 2014, chamado de Manchetômetro, observou a produção de notícias nos acontecimentos cotidianos e os perfis de gênero, cor e raça dos principais jornais impressos do Brasil (O Globo, Folha de S.Paulo e O Estado de São Paulo). O resultado do estudo foi que o gênero masculino é o predominante com mais de 70% do total de colunistas nos três jornais. Quando se olha a cor e raça, os colunistas brancos (sem discriminação de gênero) representam mais de 90% nos três impressos, a taxa sendo de quase 99% para o Estadão. Esses dados representam a real situação da desigual diversidade no jornalismo brasileiro.

Quando se busca a presença dos negros entre os formadores de opinião, por veículo, a Folha possui somente 4% de colunistas negros; no jornal O Globo, eles representam quase 10% do total de colunistas; e menos de 2% no Estadão, segundo o mesmo estudo. Esses dados e outros nos lembram, com Galdino (2018), que questões

¹² Segundo dados do levantamento do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual de Rio de Janeiro (Iesp-Uerj). <http://gema.iesp.uerj.br/infografico/negros-nos-jornais-brasileiros/>

históricas têm grande influência na vida de pessoas negras e que a dificuldade de inserção social e o preconceito são sempre obstáculos, porém, não há razão para não superar a história. Pois, “se analisarmos as condições a que os negros foram submetidos [...], verificamos que muitos ainda vivem em situações análogas de descaso. Violência, alto índice de analfabetismo, maior população carcerária e baixos salários” (GALDINO, 2018, p.38), dados que refletem um passado dolorido. De fato, a população negra vive a exclusão além do fato de não ter espaço e oportunidade de inclusão e ascensão social.

Se a luta dos negros no Brasil é penosa, o caso da mulher negra é ainda mais dramático. Ser mulher e negra no Brasil é sofrer duplamente. “O racismo e sexismo funcionam como operadores simbólicos da forma como as mulheres negras são retratadas no país” (GALDINO, 2018, p.40). Por mais que algumas lutam para conquistar alguns direitos, elas continuam sendo vítimas do alto índice de violência e menos prestígio social. Dados do mapa da violência (WASELFISZ, 2015) mostram que, entre 2003 e 2013, o feminicídio negro cresceu 53%. No mesmo período, a taxa de homicídio de mulheres brancas caiu quase 10%, passando de 1.747 para 1576 (2003 – 2013). Tais dados nos fazem perceber que falar de gênero num ambiente como o jornalismo é inevitável pois, como pensa Galdino (2018, p.42):

O conceito de gênero caracteriza uma diferenciação [...] e a divisão sexual do trabalho é histórica e por isso tornou-se estrutural; a destinação prioritária aos homens das atividades na esfera pública (atividades ou ocupações produtivas com fortes valores sociais agregados, como comércio, indústria, empreendimentos, e na política) e às mulheres na esfera privada (atividades ou ocupações associadas a cuidados e afazeres domésticos) tem sido recorrente na história social. Essa divisão gera hierarquia entre os gêneros, criando obstáculos para a mulher superar.

Esse fato está mais do que presente no jornalismo. O estudo da Iesp-Uerj mostrou que a Folha, por exemplo, não possui nenhuma colunista negra e que elas representam apenas 4% do total de colunistas do jornal O Globo e 1% do Estadão.

A inconformidade diante de tais fatos tem levado várias jornalistas negras a serem protagonistas de ações em redes sociais que estimulam outras jovens mulheres negras a enxergar nessa profissão uma possível porta para elas. Aqui analisaremos as ações das jornalistas Maria Júlia Coutinho, da Rede Globo; Joyce Ribeiro, da TV Cultura e Aline Midlej, da Globo News no meio de outras poucas como Zileide Silva, da Rede Globo e Adriana Couto, da TV Cultura. Para não deixar ponta solta, citamos também a Glória Maria que foi a primeira jornalista negra repórter a marcar presença na televisão nos anos

1970 (MEMÓRIA GLOBO, 2016). No entanto, não se há muitos registros de jornalistas negras presentes nas bancadas ou atuando como repórteres. Isso faz perceber que as mulheres negras marcaram uma presença muito discreta no telejornalismo brasileiro.

Jornalistas negras na luta por reconhecimento

Se é fato que a pessoa negra e sobretudo a mulher negra é sub-representada no jornalismo brasileiro, importante é reconhecer que a pluralidade social, e sobretudo no telejornalismo, poderia contribuir para a emancipação social da população negra no Brasil. Ainda, mesmo diante do fato de a representação ainda estar longe de atingir um ponto ideal, é necessário destacar que nos últimos tempos houve um avanço na inserção das jornalistas negras no telejornalismo. A importância de se apresentar a previsão do tempo diariamente, protagonizar reportagens especiais ou até mesmo apresentar eventualmente o jornal da bancada, são ações que mostram alguma mudança na realidade. Ainda, essas jornalistas são protagonistas de outras várias ações nas suas redes sociais para incentivar e despertar, em outras meninas, valores essenciais para a vida e mostrando que é possível conquistar um espaço na dura luta por reconhecimento no jornalismo.

Maria Júlia Coutinho, mais conhecida como Maju Coutinho, lançou recentemente no seu Instagram o projeto “O futuro”, que consiste em postar fotos de meninas negras que veem na jornalista negra um modelo, um símbolo de representatividade da mulher negra no jornalismo e se identificam com ela. Joyce Ribeiro, no seu perfil, protagoniza não só a divulgação do seu trabalho como escritora, mas também incentiva a valorização da família negra, da pessoa negra. Enquanto Aline Midlej trabalha na promoção da imagem da mulher, jornalista, aquela que incomoda no bom sentido. Observar e analisar a atuação das três jornalistas negras para encontrar traços de luta por reconhecimento e representatividade é a tarefa que iniciamos agora.

O primeiro foco de atuação das três jornalistas é na luta por reconhecimento no nível social que chamamos, com Honneth (2003), de estima social. Segundo Honneth, essa luta se manifesta na relação social com uma tensão moral buscando eliminar conflitos ou querelas sociais. Assim, ela é entendida como luta social pelo fato que “trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir [...], na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (HONNETH, 2003, 257).

Isso se materializa nas postagens realizadas pelas três jornalistas onde fazem questão de promover o empoderamento feminino negro a partir da valorização da ancestralidade e traços típicos da pessoa negra como cabelo afro, estilo de se vestir e muito mais. Assim, elas aproveitam o espaço que possuem em grandes veículos para promover a ascensão da mulher negra no jornalismo, ressaltando que não se pode ficar apenas nas discussões, que é necessário avançar nas mudanças no mercado de trabalho, diminuindo o preconceito e avançando igualmente em todos os setores, é o desafio.

As três jornalistas se colocam hoje como vanguardistas pelo “desvendamento das desigualdades que ainda prevalecem entre homens e mulheres no mercado de trabalho de jornalismo, das relações de poder, é importante registrar a percepção que as jornalistas têm das questões de gênero dentro da profissão e as experiências vividas devido a estas desigualdades” (TEMER; MORAIS, 2018, p.14). Assim, elas desenvolvem suas ações dependendo de um sistema que está sempre enfatizando ou demonstrando sua não preparação em lidar com mulheres não negras e mulheres negras criativas, progressistas, inovadoras e revolucionárias.

Maju Coutinho, por exemplo, é vista pela juventude feminina negra como símbolo de sucesso, representatividade e reconhecimento do avanço da mulher negra no mercado jornalístico. O seu projeto ‘O futuro’, consiste em repostar fotos e vídeos de meninas negras que se identificam com ela ou vejam nela o significado de superação e pioneirismo. O próprio projeto e seu objetivo já carregam essa ideia. Em uma postagem de 30 de abril, marcando o início do projeto, a jornalista apresenta as fãs como sendo meninas/mulheres que marcarão o futuro do país, assim como do jornalismo. Ao prestigiar as meninas, a jornalista inscreve seu nome na luta pela estima social que a mulher negra busca.

A análise dessas ações nos faz lembrar que as desigualdades sociais entre homens e mulheres são remetidas às características biológicas, bem como as desigualdades entre negros e brancos e criam diversidades, focam na cor e não nos méritos e capacidades dos indivíduos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção. Cada sujeito, independentemente da cor/raça ou gênero, precisa desempenhar o seu papel social e ser reconhecido a partir da sua humanidade. “Nesse sentido, os estudos de gênero afirmam que não existe uma “essência feminina”, nem uma “essência masculina”, mas um aprendizado ao longo da vida de comportamentos socialmente esperados de uma mulher ou de um homem” (TEMER; MORAIS, 2018, p.14).

Um estudo da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), aponta o aumento de 63% das mulheres entre os profissionais jornalistas que atuam no país. Esse aumento é reflexo também da massiva presença feminina nos cursos superiores e de profissionalização do jornalismo e fruto de um processo de feminização do mercado de trabalho onde o jornalismo não ficou por fora (TEMER; MORAIS, 2018).

As jornalistas, pelas postagens e ações nas suas redes sociais demonstram estar cientes dos muitos desafios de ser mulher e mulher negra no Brasil e no mundo atual. Além de toda a pressão externa que a sociedade impõe, há ainda a cobrança interior em ser a melhor como filha, esposa, amiga, profissional e mulher negra que inspira outras gerações. No entanto, elas sabem que, inicialmente, precisam olhar para dentro e equilibrar todos os setores das suas vidas para que consigam conquistar o supracitado de suas capacidades. Ser protagonistas das suas próprias histórias não é algo tão simples e é por isso que, olhando para suas trajetórias, elas aceitaram abraçar as lutas de inúmeras mulheres negras, ser representantes delas e lutar pelo seu reconhecimento.

Aline Midlej concentra a sua luta no reconhecimento da família negra. As várias postagens que compõem a sua luta como jornalista e mulher negra sempre contam com a presença do seu esposo Rodrigo Cebrian, também da área da comunicação, atualmente diretor da Globonews, além da promoção do seu trabalho como jornalista e mulher negra. Durante a pandemia, foi marcante o seu envolvimento com o tema pela quantidade de posts realizados sobre o assunto e a sua tomada de posição em favor da vida. Constantemente, aparecem na sua rede Instagram postagens onde ela está com familiares, como na postagem do dia 12 de fevereiro de 2021, onde se pode ler:

A minha melhor história está nesta foto. Já faz alguns anos, mas nenhuma traz a nossa essência como ela. O meu melhor, também. O mais verdadeiro. Enredo iniciado há 43 anos, quando eles [seus pais] escolheram caminhar juntos e assim seguem. Meus pais, obrigada! E parabéns por mais um ano celebrado juntos. Obrigada por tanto amor, vontade e resiliência. Este post é sobre entregas incondicionais. Mas aproveitando... Que saudade desse enrosco!¹³.

Sandra Jovchelovitch, a respeito do reconhecimento e representatividade, vai afirmar que: “somente através da mediação de outros o ‘eu’ pode refletir sobre si mesmo e tornar-se um objeto do saber para o sujeito do saber. É necessário, entretanto, qualificar a maneira como o outro apresenta-se para o saber e para a ontologia do sujeito”

¹³ Aline Midlej. https://www.instagram.com/p/CN59kRmpE6O/?utm_source=ig_web_copy_link;
https://www.instagram.com/tv/CN92EDPpANg/?utm_source=ig_web_copy_link

(JOVCHELOVITCH, 1998, p.74). Significa que o outro não vive somente para ser reconhecido, ele está lá com seus projetos enquanto sujeito de saber e perspectivas próprias. Mas, o outro também se torna sujeito de saber a partir da maneira como ele é reconhecido pelo ‘eu’ e se torna representação do outro do outro.

Trazendo o pensamento para a atuação das jornalistas, a maneira como elas se apresentam faz delas sujeitos de representação das mulheres negras, ao mesmo tempo em que suas ações demonstram que elas não estão a esperar o reconhecimento dos outros, mas têm suas perspectivas e projetos de reconhecimento próprio. Isso nos faz concordar com Jovchelovitch (1998, p.74) que “existem muitas formas de envolvimento com o outro, e essa diversidade de formas conduz não só a diferentes concepções do próprio eu, mas também a diferentes relações entre o eu e o outro”. Entendendo que sem o reconhecimento, características como a produção de sentido e seus correlatos, a identidade e a linguagem não existiriam. Por isso é que se torna necessário entender que “as representações sociais são formas de mediação que residem precisamente nos espaços que pertencem ao “entre” da vida social: elas se produzem e crescem na comunicação intersubjetiva, e ao mesmo tempo são, elas próprias, um dos elementos que possibilitam a comunicação intersubjetiva” (JOVCHELOVITCH, 1998, p.71), podendo promover o aumento de mulheres negras nas redações e grandes veículos jornalísticos.

Joyce Ribeiro¹⁴ segue também nessa luta e tem como grande marca o lançamento do seu último livro: ‘Chica da Silva: romance de uma vida’. Na obra, como em todo o seu trabalho, a jornalista embarca na luta por reconhecimento da mulher negra. Protagonista da sua trajetória e inspiração para jovens gerações de meninas negras, Joyce se apresenta como uma incansável defensora da mulher pelas suas ações e postagens na sua rede social Instagram. Ainda valoriza a família negra, pelas suas inúmeras postagens acompanhada de membros da sua família, filhas e esposo, os traços e costumes da ancestralidade negra. De qualquer forma, entende-se pelas suas ações que “sem a dimensão da pluralidade, que implica consciência de que o ato significativo não pode ocorrer em solidão, e que o sujeito que encontra o objeto jamais é um sujeito isolado” (JOVCHELOVITCH, 1998, p.75). Por isso, a importância de se sentir amado e viver rodada pelos membros da sua família. Reforçando aqui a estima ou reconhecimento pelo amor (HONNETH, 2003), primeira fase do reconhecimento.

¹⁴ Joyce Ribeiro: https://www.instagram.com/p/COGINBmA9B1/?utm_source=ig_web_copy_link. “Quem gostou das tranças novassss??O sorriso diz tudo. Domingando, de pijama... e belíssimas de trancinha estilosa.”

As representações por vezes se chocam e abrem competição no âmbito social, outras vezes, elas se complementam e dão origem a outras representações bem mais fortes e sólidas. Isso ocorre quando elas se encontram num mesmo objetivo. É o caso das ações nas redes sociais das jornalistas Maju Coutinho, Aline Midlej e Joyce Ribeiro, que se tocam na mesma finalidade: lutar pelo reconhecimento da mulher negra e demonstrar que ela tem espaço no jornalismo. Pode acontecer que certas representações oprimem ou dominam as outras, nesse caso, “elas expressam as lutas sociais que são típicas de tecidos sociais fraturados” (JOVCHELOVITCH, 1998, p.77) e caminham contra a objetividade humana que é a conquista da vida social, do espaço público, da comunicação e da intersubjetividade.

No meio digital, a luta por reconhecimento precisa se adaptar à funcionalidade de cada plataforma, além do fato de que “a busca pelo reconhecimento e pela autorrealização representam empreendimento desafiador e que as pessoas que se envolvem em conflitos diários o fazem no intuito de reafirmar o valor de suas escolhas” (MAIA, 2018, p. 366). Assim, entendemos que as jornalistas escolheram defender a mulher negra e dizer para ela que há possibilidade de crescer no jornalismo e ser protagonista.

Considerações finais:

A luta por reconhecimento gera determinadas perspectivas em busca da dignidade, respeito e direitos dos sujeitos. O reconhecimento é o meio pelo qual os sujeitos sociais trazem mudanças nas pautas da mídia e quando esse é liderado por quem gera esse conteúdo, a luta parece ter conseguido mais força. Isso pode, no fim das contas gerar como frutos mudanças na interpretação pública de certas questões relacionadas a grupos socialmente excluídos ou marginalizados, como as mulheres e os negros, e, sobretudo, a junção dos dois: a mulher negra.

Investigamos neste trabalho a atuação de três mulheres negras jornalistas na rede social Instagram com o intuito de entender como suas ações ajudam no reconhecimento de mulheres negras e na luta para a melhor diversidade e presença da mulher negra no jornalismo. Vimos que os padrões de representações de pessoas podem afetar as políticas públicas e auxiliar a sanar um problema como o racismo ou a discriminação da mulher negra na sociedade brasileira. Importante observar um dado que deve ser estudado com atenção. Se há mais mulheres nas faculdades, por qual razão ainda temos menos mulheres

nas redações e, um pouco mais a fundo, o que justifica a ausência de mulheres negras em grandes veículos de imprensa?

Observamos com Lévinas que a alteridade pode ser uma das chaves necessárias para abrir uma vez por toda a porta da desigualdade entre homens e mulheres; entre brancos e negros nas redações jornalísticas. Ainda percebemos que as ideias de Honneth e de Lévinas são bem aplicáveis e proveitosas para trilhar esse caminho. As ações realizadas pelas três jornalistas são sinais positivos nessa luta por reconhecimento e representatividade da mulher e da mulher negra no jornalismo, o futuro já começou, como disse a Maju Coutinho na sua rede social Instagram, mas precisa de esforços reais para mudar a agenda social nesse assunto.

Referências:

CONCEIÇÃO, Fernando, Literafro, o portal da literatura afro-brasileira. Jan. 2018. Link: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/259-fernando-conceicao>. Acesso: maio de 2021.

GALDINO, Melissa. A escassez de jornalistas negras na bancada do telejornalismo brasileiro. In SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. **Mulheres no jornalismo: práticas profissionais e emancipação social**. São Paulo: Casper Líbero, 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.

JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In. ARRUDA, Angela (Org). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 47-67, 1998.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Re(des)coabrindo o outro. In. ARRUDA, Angela (Org). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 69-82, 1998.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e Infinito**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 2020.

MAIA, Rousiley. **Mídia e lutas por reconhecimento**. São Paulo: Paulus. 2018.

MARCOS, Maria Lucília. Reconhecimento e alteridade. In. MARCOS, Maria Lucília; CANTINHO, Maria João; BARCELOS, Paulo (Org.). **Emmanuel Lévinas: entre reconhecimento e hospitalidade**. Lisboa – Portugal: Edições 70, 2011.

MEMÓRIA GLOBO. **Gloria Maria**. Seção Memória Globo. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/gloria-maria/trajetoria.htm>. Acesso em: junho de 2021.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa; MORAIS, Ana Maria. Telejornalistas mulheres e as desigualdades de gênero. In SANTOS, Marli dos; TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. **Mulheres no jornalismo: práticas profissionais e emancipação social**. São Paulo: Casper Líbero, 2018.